

## **DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO AO POVO: VARGAS, 1930**

Flavio da Rocha Benayon<sup>1</sup>

A história oficial do Brasil, inscrita no hino nacional, conta-nos de um brado de um povo heróico que ecoou às margens do Ipiranga. Um grito habitualmente considerado sem direção, sem inimigo que o ouvisse, contudo, com brasileiros que o escutaram anos a fio em forma de uma ironia emblemática das lutas e revoluções de nossa história. Ironia que fez circular uma evidência de comodismo que predicou o povo brasileiro, mas que entrou em contradição em diferentes momentos da história, como foi em junho de 2013, como foi em outubro de 1930. É este período, o dos últimos meses de 1930, que este trabalho tomará como estudo. Proponho analisar o processo de produção de sentidos no discurso pronunciado por ocasião da posse de Getúlio Vargas como *Chefe do governo provisório da República*. Meu objetivo será compreender os efeitos de sentido produzidos a partir da relação entre *nação* e *revolução*, considerando a ascensão de Vargas ao poder através de um *movimento revolucionário*, tendo como consequência a renúncia forçada do ex-presidente Washington Luís e a impossibilidade de tomada do poder por Júlio Prestes.

O movimento de retorno a quase cem anos de história política proposto por este trabalho tem sua motivação a partir do funcionamento das nomeações *nação* e *revolução* nos protestos que tomaram as ruas do Brasil na segunda década do século XXI. Em 2013, *nação* funcionou produzindo obviedades e homogeneidades, silenciando sentidos e apagando a relação de forças constitutiva do processo de produção do discurso. A nomeação *revolução*, que em 2013 funcionou, algumas vezes, como forma de dizer sobre as manifestações, também mobilizava a aparência de evidência. O retorno sintomático de *nação* e *revolução* como uma afirmação óbvia, mas enunciada de diferentes lugares, motiva este trabalho a analisar como ambas as nomeações compareceram no governo daquele que marcou o fim da República Velha – Getúlio Vargas.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Linguística, UNICAMP. Bolsista CAPES. E-mail: benayon@globomail.com

Analisar os efeitos de sentido de *nação* e *revolução* em Vargas, especificamente, encontra sua justificativa, primeiramente, no imaginário relevante desse chefe de Estado como constituidor da união nacional. Sobre isso, a respeito do ano de 1929, Lira Neto conta-nos: “Dias antes, no encerramento do Congresso das Municipalidades, [...] o nome de Getúlio fora aclamado, por republicanos e libertadores, sem distinção, como o candidato da conciliação regional e, por extensão, o construtor da união nacional.” (NETO, p. 322). Secundariamente, e de igual importância, por Vargas chegar ao Palácio do Catete por meio do que ficou conhecido como *movimento revolucionário*, iniciado no Rio Grande Sul em aliança com Minas Gerais e Paraíba - a Aliança Liberal. Nesse período da história, há uma imbricação entre *nação* e *revolução* que mobiliza sentidos. A partir dessas considerações, e me situando a partir da Análise do Discurso de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, anoro minha questão na seguinte formulação: como funciona o processo de produção de sentidos a partir da relação entre *nação* e *revolução* no discurso de posse de Vargas, em 1930?

## **HISTÓRIA E EFEITO IDEOLÓGICO ELEMENTAR**

A enunciação da palavra história coloca-nos diante de uma evidência na qual em raros momentos escapa-se: “a história do Brasil”, “a história de Getúlio Vargas”. Esse problema encontra-se na implicação de homogeneidade condensada em sua determinação, isto é, imagina-se tratar de uma história linear, fiel, descritível e total. Sobre o efeito de evidência, Althusser afirma:

Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra “nomeie uma coisa” ou “tenha um significado” (incluindo, portanto, as evidências da “transparência” da linguagem), essa “evidência” de que você e eu somos sujeitos – e de que isso não é um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (ALTHUSSER, 1996, p.132).

Assim, o efeito ideológico elementar, de que é evidente que sou um sujeito, assemelha-se ao funcionamento do efeito de evidência de unidade da história. É possível, inclusive, observar a estreita relação entre dizer sou um sujeito porque tenho uma história – ambos compondo unidades. Com isso, não pretendo negar que

o funcionamento desse efeito de evidência não seja necessário à enunciação, pois é a partir dele que falar torna-se possível: é necessário haver um processo de identificação ideológica para que haja sujeito, e isso resulta no teatro da consciência, que me faz acreditar ser eu o dono de meu dizer e de minha história. Contudo, dizer sempre implicará em um atravessamento ideológico, que filiará o sujeito a uma tomada de posição ao produzir uma materialidade específica: o discurso. Sendo assim, falaremos sempre de um lugar, a partir de uma formação discursiva, recuperando memórias, ocupando posições, e, ainda, sempre afetados pelo esquecimento. Esquecemos que o que é dito poderia ser dito de outro modo, e que não somos a origem do dizer, portanto, esquecemos de que sempre formulamos a partir de um já-dito, isto é, sempre nos filiamos a uma rede de dizeres. É esse esquecimento, necessário para ser sujeito, que produz as evidências das mais distintas espécies.

A história é um lugar de constituição das evidências – não apenas na disciplina história, mas, sobretudo, no processo histórico –, contudo, sua produção não ocorre harmonicamente, sob a égide de um acordo geral, através de um pacto social. Os sentidos são produzidos a partir da luta de classes, das relações de poder, da relação de forças. No funcionamento do que se constitui enquanto a história – a oficializada, presente na disciplina história –, temos a disputa pela estabilização de sentidos. Diante disso, a afirmação de Eni Orlandi dará um direcionamento sobre como pretendo pôr em prática meu gesto analítico:

A história está ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política). Assim, a relação da análise de discurso com o texto não é extrair o sentido, mas apreender a sua historicidade, o que significa se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos. (ORLANDI, 2008, p.42).

Neste trabalho, a fim de analisar o processo de produção de sentidos, busquei o funcionamento de regularidades presentes em enunciados em que compareciam *nação* e *revolução*, bem como a diferença presente pelo não-dito. O estudo desses funcionamentos levou em conta condições de produção definidas, de

forma que foi constitutivo da análise o lugar institucional ocupado por Vargas, bem como a situação imediata de enunciação do discurso de posse. Também considerei o domínio de memória (COURTINE, 2009, p.89) em jogo na reatualização dos enunciados de Vargas, que foram formulados em relação de oposição com o poder representado por Washington Luís. Por fim, através do exercício parafrástico, propus, na prática analítica, levar em consequência a afirmação de Pêcheux:

Consideremos a hipótese de que, a um estado dado das condições de produção, corresponde uma estrutura definida dos processos de produção do discurso a partir da língua, o que significa que, se o estado das condições é fixado, o conjunto dos discursos suscetíveis de serem engendrados nessas condições manifesta invariantes semântico-retóricas estáveis no conjunto considerado e que são características do processo de produção colocados em jogo. (PÊCHEUX, 2014, p. 78).

### **DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO AO POVO: VARGAS, 1930**

O funcionamento do cargo de presidente da República demanda um universo logicamente estabilizado: se vota em X ou em Y, de forma que um ou outro sai vitorioso conforme a quantidade de votos atingidos. O vencedor é empossado, por meio de um ato simbólico, com um discurso de posse, do cargo de representante da República. As eleições de 1929, no Brasil, apresentaram, de forma alterada ou não, Júlio Prestes como o X que obteve mais votos, contudo, em 1930, Vargas tomava posse ocupando o cargo de *Chefe do governo provisório da República*. Na *relação de forças* que se impunha nessas condições, *Chefe do governo provisório da República* irrompia como equivocidade que trazia como memória o lugar presidente da República. De todo modo, foi do lugar de chefe provisório da *nação* que Getúlio realizou o pronunciamento oficial, em 1930, ocasião em que nomeações como *revolução* e *nação* compareciam estabelecendo entre si uma relação que mobilizava sentidos.

No discurso de posse de Vargas, de 1930, com o objetivo de analisar como *nação* e *revolução* produzem sentidos, selecionei algumas sequências discursivas, doravante SD, representativas do recorte proposto para análise. São elas:

**SD1** - O *movimento revolucionário*, iniciado vitoriosamente a 3 de outubro, no sul, centro e norte do país, e triunfante a 24, nesta capital, foi a

afirmação mais positiva, que até hoje tivemos, da nossa existência, como *nacionalidade*. (VARGAS, 1930, p.15, grifo meu)

**SD2** - Ele [o *movimento revolucionário*] é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da *vontade do povo brasileiro* (...). (idem, grifo meu).

**SD3** - A *revolução* foi a marcha incoercível e complexa da *nacionalidade*, a torrente impetuosa da *vontade popular*, quebrando todas as resistências, arrastando todos os obstáculos, à procura de um rumo novo, na encruzilhada dos erros do passado. (ibidem, pp.20,21, grifo meu).

Há, nas três SD recortadas, nomeações em comum que se relacionam, como: *movimento revolucionário* e *revolução*, *nacionalidade*, *vontade do povo brasileiro* e *vontade popular*. A relação constituída entre elas se dá pelo interdiscurso e no intradiscurso, ou seja, essas nomeações comparecem em conjunto no eixo da formulação por haver uma regionalização de determinada área da memória do dizer sobre a qual tais SD são filiadas. Com isso, quero dizer que essas nomeações fazem funcionar a articulação de enunciados: “O interdiscurso, enquanto lugar de constituição do pré-construído, fornece os objetos dos quais a enunciação de uma sequência discursiva se apropria, ao mesmo tempo que (ele) atravessa e conecta entre si esses objetos [...]” (COURTINE, 2009, p.75). Assim, as nomeações produzem sentidos em relação com outras nomeações e outros enunciados, a partir de determinada formação discursiva. A fim de analisar como os sentidos foram mobilizados na relação entre essas nomeações, tomei as SD recortadas, respectivamente, e as parafraseei. A seguir, exponho o exercício parafrástico e as sequências às quais cheguei – as paráfrases foram precedidas pela sigla PR:

PR1. (a) O movimento revolucionário foi a afirmação mais positiva, que até hoje tivemos, da nossa existência, como nacionalidade.

PR1. (b) O movimento revolucionário foi a afirmação mais positiva da nossa existência como nacionalidade.

PR1. (c) O movimento revolucionário foi a nacionalidade.

**PR1. (d) O movimento revolucionário é a nacionalidade.**

PR2. (a) O movimento revolucionário é a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro.

**PR2. (b) O movimento revolucionário é a vontade do povo brasileiro.**

PR3. (a) A revolução foi a marcha incoercível e complexa da nacionalidade, a torrente impetuosa da vontade popular.

PR3. (b) A revolução foi a nacionalidade e a vontade popular.

**PR3. (c) A revolução é a nacionalidade e a vontade popular.**

A partir das paráfrases destacadas acima, pode analisar o funcionamento regular de uma estrutura sintática, onde *revolução* e *movimento revolucionário* ocuparam função de sujeito, sendo predicados por sintagmas nominais: *a nacionalidade*, *a vontade do povo brasileiro*, *a vontade popular*. O funcionamento sintático presente nas paráfrases e a relação entre as nomeações grifadas produziram regularidades em que as diferentes SD comparecem como enunciados representativos da mesma família parafrástica.

As disputas e memórias inscritas em *nação* e *revolução*, conforme as condições de produção, marcaram-se na materialidade discursiva, de modo que os traços de áreas regionalizadas do interdiscurso constituíram – e, portanto, inscreveram-se – na cadeia intradiscursiva. Nessa constituição, a memória comparece não só como o que foi dito, mas também como o que não foi dito, de forma que a disputa por sentidos acontece em relação com a agitação das redes de memória. Assim, compreendo que no produto da cadeia intradiscursiva, isto é, no enunciado, as marcas da memória sempre estarão presentes, retomando outros enunciados, seja por repetição, modificação, adaptação, oposição etc. (COURTINE, 2009, p.89). A partir das condições de produção em jogo, é possível afirmar que na relação estabelecida entre *nação* e *revolução* há um não-dito de um movimento não revolucionário e, portanto, não representativo da nacionalidade e da vontade popular. A seguir, recorro algumas SD representativas desse não-dito:

**SD4** - Quando, nesta cidade, as forças armadas e o povo depuzeram o *Governo Federal*, o movimento regenerador já estava virtualmente triunfante em todo país. (VARGAS, 1930, p.16, grifo meu).

**SD5** - À aproximação das forças libertadoras, o povo do Rio de Janeiro, de cujos sentimentos revolucionários ninguém poderia duvidar, se levantaria em massa, para bater, no seu último reduto, a *prepotência inativa e vacilante*. (idem, grifo meu).

**SD6** - E, finalmente, era vossa, também, a convicção de que urgia substituir o *regime de ficção democrática*, em que vivíamos por outro de realidade e confiança. (ibidem, p.17, grifo meu).

As nomeações grifadas em SD4, SD5 e SD6 são formas de designar o movimento de caráter não revolucionário dito há pouco, de modo que o exercício parafrástico a seguir auxilia na análise da produção de sentidos em jogo:

PR4. (a) A revolução é a nacionalidade e a vontade popular.

PR4. (b) A oposição não é a nacionalidade e a vontade popular.

**PR4. (c) *O Governo Federal, a prepotência inativa e vacilante, o regime de ficção democrática não é a nacionalidade e a vontade popular.***

Ao considerar que com a ascensão de Getúlio Vargas houve a deposição de Washington Luís, presidente da República e representante do Governo Federal, na época, concluo que o movimento de caráter não revolucionário é representado pelos partidários do político deposto e por ele próprio, de modo que *prepotência inativa e vacilante e regime de ficção democrática* são formas de predicar aquilo que não seria a vontade do povo.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar a produção de sentidos a partir da relação entre as nomeações *nação* e *revolução*, presentes no discurso de posse de Getúlio Vargas, em 1930. Por meio do recorte de SD representativas do objetivo proposto, utilizei o exercício parafrástico, que me permitiu afirmar que SD1, SD2 e SD3 pertenciam à mesma família parafrástica, mobilizando sentidos em relação. Também, por este exercício, a análise mostrou como *movimento revolucionário* e *nacionalidade* produziram sentidos em que esta autorizava aquele, de forma que ir contra os interesses de um seria ir contra os interesses de outro. Acerca disto, compareceu, nas SD recortadas, *Governo Federal* como o 'outro' contrário aos interesses da *revolução* e do *povo*. Ainda, sobre *vontade popular*, viu-se que esta funcionava como forma de dizer *nacionalidade*.

A análise aqui realizada funcionou como um movimento inicial e basilar da pesquisa de dissertação intitulada "Nação e revolução nos discursos de posse dos presidentes brasileiros", realizada na UNICAMP, com apoio financeiro da CAPES. A partir desta análise, pesquisarei, nos discursos políticos de Washington Luís e de Carlos Prestes, enunciados anteriores que estejam em relação com o discurso de Vargas, de 1930, a fim de continuar levando em conta o funcionamento do domínio

de memória como constitutivo do dizer, bem como analisarei o funcionamento da produção de sentidos presente na relação entre *nação* e *revolução* nos discursos de posse posteriores a este, ou seja, aqueles que seguem até o pronunciado no marco da posse do segundo mandato de Dilma Rousseff. Desta forma, considerando o trabalho em andamento e sendo esta análise um recorte de um projeto maior, as conclusões até aqui obtidas apresentam um caráter inicial.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado: notas para uma investigação. In.: ŽIŽEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

NETO, Lira. *Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ORLANDI, Eni. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux / organizadores Françoise Gadet; Tony Hak; tradução Bethania S. Mariani... [et al.]*. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

VARGAS, Getúlio. *Discurso pronunciado pelo Dr. Getúlio Vargas...* Disponível em: <[www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1930/view](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1930/view)>. Acesso em: 10 de maio de 2015.